



“Os homens falam alto e eles te atropelam” – O machismo (não só) discursivo no jornalismo político

“Men talk loudly and they run over you” – Discursive (not
only) machismo in political journalism.

Glória Rabay¹
Camila de Lima Bezerra²

RESUMO

O jornalismo político guarda as marcas históricas da exclusão feminina da política e do jornalismo. Este trabalho aponta os desafios das mulheres neste campo de atuação em João Pessoa, Paraíba. Através de cinco entrevistas, mostra as desigualdades vividas e a necessidade de mudanças.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de Gênero. Jornalismo Político. Gênero e Trabalho.

ABSTRACT

Political journalism keeps the historical marks of female exclusion from politics and journalism. This work points out the challenges of women in this field of activity in João Pessoa, Paraíba. Through five interviews, it shows the inequalities experienced and the need for change.

KEYWORDS: Gender Relations. Political Journalism. Gender and Work.

RESUMEN

El periodismo político mantiene las marcas históricas de la exclusión femenina de la política y el periodismo. Este trabajo apunta los desafíos de las mujeres en este campo de acción en João Pessoa, Paraíba. A través de cinco entrevistas, muestra las desigualdades vividas y la necesidad de cambio.

PALABRAS CLAVE: Relaciones de Género. Periodismo Político. Género y Trabajo.

* * *

¹ Professora doutora em Ciências Sociais. Programa de Pós-graduação em Jornalismo-UFPB. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Direitos Humanos e Cidadania - UFPB, Brasil. E-mail: gloria.rabay@gmail.com.br

² Jornalista, Mestre em Jornalismo pelo Programa de Pós-graduação em Jornalismo-UFPB. camiladelimabezerra@gmail.com

Introdução

A sub-representação das mulheres na vida pública e política foi historicamente construída e reforçada pelas estruturas de poder existentes na sociedade com o propósito de excluí-las dos espaços de decisão e poder. O jornalismo, área sobre a qual nos propomos refletir, é um exemplo da falta de representatividade feminina quando se trata dos cargos de liderança e chefia. Poucas são as mulheres que comandam empresas de comunicação e as editorias tidas como as mais nobres, como é o caso da editoria de política. As jornalistas entrevistadas relatam as dificuldades que encontraram ao longo de suas carreiras atuando neste espaço da imprensa paraibana.

A editoria de política tem, na grande imprensa, muita visibilidade, despertando interesse do público e, conseqüentemente, conquistando prestígio. Considerando que a política permeia todos os campos da existência humana, toda pauta jornalística poderia ser classificada como política, já que aborda os temas postos na sociedade. Desde uma rua sem calçamento, um cidadão sem atendimento médico, ou medidas para tratamento e manejo do lixo, tudo tem um viés político por trazer à tona o exercício de poder que nem sempre é visível a ‘olhos nus’. Feito esse contraponto, é interessante observar que a editoria de política ocupa-se, principalmente, de assuntos relacionados à vida de homens públicos e aos fatos acontecidos na arena política, onde transitam pessoas incumbidas de cargos públicos. Além disso, a editoria de política costuma abordar a dinamicidade das relações entre partidos, homens públicos, instituições e sociedade. Muitas vezes a cobertura política é focada em registrar picuinhas e a corrida eleitoral, notícias que despertam curiosidade, garantindo maior vendagem ou acesso.

Assim, é importante problematizar o prestígio da editoria política na imprensa brasileira como um todo e na paraibana de forma particular.

Alguns estudiosos, como José Marques de Melo (2008), observam que a necessidade de uma editoria dedicada ao jornalismo político tem maior ocorrência em sociedades com uma democracia representativa ainda em fase de sedimentação, enquanto que nas sociedades com democracia consolidada esta editoria sequer existe.

No caso do Brasil, que, pouco mais de 30 anos após o fim do período de ditadura cívico-militar, instaurada em 1964, ainda não tem uma democracia consolidada, tendo em vista as constantes ameaças sofridas, gerando instabilidade política, econômica e social, não é de estranhar o prestígio e a permanência desta editoria que é uma das peças do jogo político em voga.

Na medida em que a sociedade adquire maior complexidade, o jornalismo deixa de gravitar exclusivamente em torno da órbita política, correspondendo a outras demandas sociais. A prevalência dos temas econômicos e o crescente interesse pelas questões culturais, bem como a massificação dos esportes acabam por gerar aspirações informativas diferenciadas (MARQUES DE MELO, 2008, p.91).

Os veículos de comunicação evidenciam o panorama polarizado que persiste na política eleitoral, a depender das alianças, formais ou informais e dos empresários que comandam a mídia. Por vezes, a tendência de apoio em alguns veículos é feita de forma velada e, em outros casos, é evidenciado o respaldo a uma das pontas da polarização. A consequência deste processo é um jornalismo subordinado à esfera política, seja pelo fato de ser a editoria mais requisitada pelos leitores/as ou em razão da dependência econômica das instituições públicas.

O prestígio que a editoria de política tem sobre as outras, recai sobre os/as jornalistas que a cobrem, resultando em publicidade, visibilidade e vantagens financeiras e tem efeito na disputa entre as/os jornalistas pelo ineditismo das notícias, fidelização de fontes e por um lugar nessa seara do jornalismo.

Essa disputa acirra as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no âmbito profissional do jornalismo já que historicamente esses lugares de maior prestígio são reservados aos homens. Considerado um “assunto masculino”, a editoria de política configurou-se até recentemente como um lugar de difícil acesso às mulheres tornando o ambiente predominantemente masculino quando se trata dos expoentes do jornalismo político.

Até meados do século XX, as atividades da mulher (branca e de classe média) estavam concentradas no trabalho doméstico não remunerado, ou, quando podiam ter uma empregada doméstica, geralmente uma mulher negra, em outras ‘artes’ do lar e cuidados com a família. A sua entrada no mercado de trabalho e sua qualificação profissional universitária, ocorrida no Brasil a partir de meados da década de 1970 (CARVALHO e RABAY, 2013, p. 12), permitiram que ela ocupasse algum espaço também no âmbito político; não é por acaso que é na década de 1980 que o debate sobre a participação política da mulher ganha notoriedade.

É neste contexto de expansão da universidade brasileira que ocorre a implantação do curso superior em Comunicação Social e a profissionalização de jornalistas. Ressaltando que a instituição, em 1969, durante a ditadura militar, do diploma universitário como pré-requisito para a atuação nas redações de jornalismo representou um grande estímulo para a criação dos cursos universitários para formação de jornalistas o que resultou em significativo crescimento destas graduações.

Na mesma época, a participação de mulheres nas universidades, buscando aprimoramento profissional, ampliou-se. Com o processo seletivo através de concurso público (vestibular) e a crescente expansão feminina no ambiente acadêmico, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho do jornalismo tornou-se viável, mesmo em um ambiente composto majoritariamente por homens e que, até hoje, não realiza seus processos de seleção de forma transparente.

Na Paraíba, a graduação em Jornalismo, como uma das habilitações do curso de Comunicação Social, criado em 1977, deu início à tomada das redações pelas mulheres, a exemplo do que ocorria em outros estados do país. Assim, nos anos 1980, quando foi intensificada a profissionalização dos/as jornalistas, também cresceu a presença feminina nas redações.

Mas a entrada e permanência das mulheres, com diploma de ensino superior, nas redações não ocorreram sem conflitos. “Num primeiro momento, enfrentaram o preconceito de uma parcela machista que chegava a afirmar que os problemas na qualidade do jornalismo deviam-se à maior presença feminina” (FIGARO, 2014, p. 32).

Atualmente o machismo no campo do jornalismo manifesta-se através de seleções com pré-requisitos discriminatórios, baixos salários, assédio moral e sexual, distribuição de pautas com critérios de gênero, empecilhos para a ascensão na carreira, silenciamento e interrupção em reuniões decisivas, ambientes hostis e machistas com circulação de comentários e piadas de cunho sexual entre outras facetas que serão discutidas adiante (LELO, 2019).

É neste ambiente, já marcado por uma cultura masculina onde se reservam as editorias mais promissoras para aqueles com maior influência e poder, que estudamos a atuação das mulheres no campo do jornalismo político, área de prestígio dominada pelos homens no jornalismo paraibano. Interessa-nos saber como as mulheres que atuam neste campo, tão marcado pelas relações de poder, relatam suas experiências. Como o gênero tem definido as relações de poder no jornalismo político local? Que estratégias as mulheres utilizam para se firmar no campo? As profissionais relatam experiências de discriminação de gênero?

Para responder às questões norteadoras realizamos entrevistas em profundidade com cinco mulheres jornalistas que atuavam na editoria de política, na cidade de João Pessoa, em 2020, em alguns dos principais veículos de comunicação no estado. Essa ferramenta, usada para

compreender uma experiência pessoal, aproxima-se do que nas ciências humanas é chamado de História de Vida, um método que permite compreender através de narrativas pessoais subjetivas, um contexto coletivo, uma vez que somos diretamente influenciados/as pelo meio social do qual fazemos parte. Sendo estas narrativas ao mesmo tempo individuais e coletivas, já que sempre sob a influência do ambiente social (QUEIROZ, 1988, p. 39). Ou seja: as histórias contadas pelas mulheres, apesar de retratarem uma experiência única como mulheres atuando no campo do jornalismo político, na Paraíba, atravessam a dimensão individual e se conectam a um sujeito coletivo por uma gama de influências. A opção pela entrevista semiestruturada considerou que a sua utilização abre possibilidades para o diálogo a partir das respostas dadas aos questionamentos elaborados previamente e as respostas tendem a ser mais espontâneas.

1 A mulher no jornalismo

Excluída do espaço público desde a ágora grega, o fazer político ainda se caracteriza pela exclusão feminina. A ausência das mulheres no jornalismo, até à instituição do ensino superior, pode ser considerada um dos aspectos desta divisão social dos espaços pertinentes a cada gênero, uma vez que a matéria prima do jornalismo diz respeito aos acontecimentos públicos. Neste sentido, a conquista de espaço no jornalismo também se refere a uma conquista de atuação no espaço público, não apenas porque se trata de um trabalho remunerado fora do ambiente doméstico, mas porque é próprio do fazer jornalístico lidar com o mundo público. A entrada das mulheres no jornalismo, como já foi mencionado, transferiu do mundo privado sua cultura e lá, nas redações, também foram impostas divisões sexuais do trabalho, reservando editorias “próprias” para elas ou restringindo sua participação em outras, consideradas mais adequadas aos homens, como a editoria de política. Considerado um “assunto masculino”, a política configurou-se até recentemente como um lugar interdito às mulheres e de difícil acesso para as jornalistas.

O “Perfil Profissional do Jornalismo Brasileiro 2021” (LIMA, coord. *et all.* 2022) mostrou que atualmente a categoria é formada majoritariamente por mulheres; elas perfazem 57,8% do total de jornalistas no país. Embora representem a maioria na profissão, as mulheres ganham menos que os homens e acessam com dificuldades cargos de comando. A referida pesquisa apontou que elas eram maioria em todas as faixas salariais de até cinco salários mínimos e minoria nas faixas superiores a cinco salários mínimos.

Como afirmam Ana Carolina Temer e Ana Morais (2018, p.15), “[as mulheres] apesar de serem maioria na profissão, continuam sendo minoria no sentido sociológico, subjugadas pelos privilégios conferidos aos homens”. As autoras destacam que a “discriminação sofrida pelas mulheres em

atuação no jornalismo não se limita às disparidades salariais e às dificuldades de ascensão e/ou ocupação de postos mais cobiçados”.

No rol das dificuldades enfrentadas pelas mulheres jornalistas em levantamento feito por Gênero e Número e pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, em 2017, aparece o assédio moral e sexual, a exclusão de pautas, o silenciamento e a interrupção persistente de sua fala, além da dupla jornada de trabalho que obriga as mulheres a conciliar as obrigações nas redações com o acúmulo das tarefas domésticas reduzindo o tempo de descanso, estudo e lazer.

A pesquisa “Mulheres no Jornalismo Brasileiro” (ABRAJI, GÊNERO E NÚMERO, 2017) detectou que, dentre as entrevistadas, 86,4% admitiram já ter passado por pelo menos por uma situação de discriminação de gênero durante o trabalho. A discriminação na distribuição de tarefas no ambiente de trabalho foi a situação mais vivenciada pelas entrevistadas dentre as que foram listadas. Na pesquisa, 83,6% das entrevistadas confirmaram que já sofreram pelo menos um dos oito tipos de violência psicológica listados na consulta feita. A maior incidência nas respostas das jornalistas foi a prática de abuso de poder ou autoridade, intimidação verbal, escrita ou física e insultos verbais. Além destes tipos de situações tensas vivenciadas no ambiente de trabalho, a pesquisa também investigou a ocorrência de assédios sexuais. Das 477 mulheres entrevistadas, 70,4% admitiram já terem recebido “cantadas” que as deixaram desconfortáveis no exercício da profissão.

Como explicita Hirata (2002), a “divisão sexual do trabalho é sempre indissociável das relações entre homens e mulheres, que são relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas e antagônicas [...] de exploração e de opressão entre duas categorias de sexo construídas socialmente” (HIRATA, 2002, p. 281). A estrutura de desigualdade entre os sexos na sociedade é sustentada justamente pelas situações deterioradas com que a mulher se depara no mercado de trabalho. As diferenças biológicas entre

homens e mulheres são incorporadas como naturais para fazer com que os espaços destinados aos sexos sejam predeterminados e escolhidos conforme o desejo do capital.

Como mencionado, neste estudo foram entrevistadas cinco mulheres, todas graduadas em Jornalismo, quatro com pós-graduação ou MBA, todas com carreira consolidada e reconhecida no campo profissional, especificamente no jornalismo político local. A idade das profissionais variou entre 33 e 49 anos, mais alta que a idade média de 31 anos, verificada na pesquisa nacional (ABRAJI, GÊNERO E NÚMERO, 2017), já que selecionamos jornalistas experientes e com atuação na editoria de política, lugar de prestígio que exige longo aprendizado.

Conforme a pesquisa Gênero e Número, a maioria (58%) das mulheres que atuam no jornalismo é solteira; entre as nossas entrevistadas apenas duas são casadas e têm filhos. Para Suelly³, uma das entrevistadas, a rotina extenuante de trabalho no jornalismo com plantões em fins de semana e feriados e horários de saída incertos, dificulta os cuidados que uma família exige, para ela, no jornalismo “se você não casar logo, esqueça, depois você não casa mais não (risos)” (Entrevista cedida à pesquisadora em 10/2020).

Todas as mulheres entrevistadas relatam rotinas de sacrifício no que diz respeito à vida pessoal como o preço a pagar por uma carreira reconhecida no jornalismo. Valquíria conta que passou “mais de 15 anos sem almoçar em casa, sem ter contato com os filhos. Eles arengavam por telefone, eu resolvia por telefone”. E que mesmo nas emergências de saúde muitas vezes teve que esperar “o jornal ir pro ar, para sair correndo, para socorrer meu filho”. Além do horário normal de expediente, as jornalistas relatam que não conseguem se desligar de suas atividades nem sequer nos finais de semana ou feriados, já que se sentem na obrigação de estar sempre à disposição da empresa.

Uma rotina extenuante de intensa dedicação garantiu às entrevistadas

³ Todas as jornalistas entrevistadas, apesar de não terem solicitado, tiveram seus nomes trocados de forma aleatória a fim de preservar as suas identidades.

o sentimento de estarem consolidadas na carreira e reconhecidas no campo do jornalismo político do estado. Carla diz sobre si mesma que “joga em qualquer posição” no campo profissional e que “não precisa mais provar para ninguém que entende do *metiê*”. Sônia se “considera referência” na profissão. Este sentimento também está presente em Raquel, Valquíria e Isis, todas as entrevistadas possuem mais de dez anos de atividade profissional e uma relação de total entrega, definida por elas como uma “cachaça” que vicia, ou mesmo como a própria vida... Ressaltamos que são mulheres assim, com longa experiência profissional, que conquistam um lugar no campo do jornalismo político. Carla justifica a necessidade de larga experiência para atuar neste campo, definindo a política como uma novela: “Se você não acompanha os capítulos você não vai entender porque é que está acontecendo determinada coisa... eu comecei a prestar atenção e a perguntar às pessoas quem era fulano no jogo do bicho, e juntar para entender o cenário” (Carla, entrevista em maio de 2020). Para Carla, essa atenção ao desenrolar dos acontecimentos é uma especificidade do jornalismo político que exige mais preparação e experiência do jornalista; em sua avaliação foi isso que lhe garantiu vaga neste cenário.

Essa tensão no campo exige, além de preparação, muita segurança emocional, Raquel, por exemplo, declarou que no início de sua atuação na editoria de política, sentia-se enganando o público, especialmente ao receber elogios sobre a sua atuação, pois acreditava que conhecia pouco do tema. Esse sentimento, conhecido como fenômeno impostor (FI), de ser uma fraude, tem sido estudado desde os anos 2000; o foco está na autopercepção de profissionais dos quais se exige alta performance sobre seu sucesso. As pessoas com essa característica “tendem a atribuir seu sucesso à sorte ou a outras variáveis aquém das suas habilidades” (MEURER; COSTA, 2020, p. 349). Rafa Brites (2020) sugere que este fenômeno é mais comum em mulheres, que, habituadas a serem tratadas como menos capazes, internalizam essa concepção e duvidam das próprias capacidades.

Este campo profissional é marcado pelo excesso de trabalho, mudanças

tecnológicas permanentes, prazos curtíssimos para finalização das notícias a serem publicadas. Essas e outras características do fazer jornalístico resultam numa constante disputa entre as diversas empresas e mesmo entre os/as profissionais da mesma empresa. Neste clima de disputas é sobre as mulheres que as situações de constrangimento, pressão, e até desonestidade profissional se manifestam com mais frequência e nem sempre são percebidas, ou podem ser consideradas como tendo ocorrido em função do gênero das profissionais, mas resta sempre questionar se teriam ocorrido caso não fossem mulheres.

Carla relatou diversas experiências, mas uma lhe chamou atenção porque, além de ter sido, para ela, uma das mais grosseiras, “**foi com uma mulher**” que não quis ceder-lhe uma entrevista ao perceber que não seria um homem, apresentador do programa, quem lhe entrevistaria. Neste sentido, é sempre bom lembrar que mulheres também discriminam mulheres, já que receberam a mesma formação que os homens e naturalizaram as diferenças de gênero organizadas de forma hierárquica, de forma que as mulheres são percebidas com menos capacidades e com menos direitos, “podendo ser tuteladas e subjugadas pelos homens, da mesma forma tudo o que foi atribuído ao universo feminino é tido como menos importante que o atribuído ao masculino” (RABAY; SILVA. 2018, p. 202).

A experiência de Carla fá-la considerar que são as fontes que mais discriminam as mulheres no meio jornalístico e chega a “ser um tanto comum” um convidado chegar para uma entrevista e cumprimentar os entrevistadores homens e “esquecer” de lhe cumprimentar como se ela “não fosse para dar opinião, fosse menor”.

Às vezes, de tanto acontecer, as próprias mulheres não recordam de imediato as situações de discriminação. Ísis começa a responder a esta questão dizendo que não tinha sofrido nenhum episódio desrespeitoso por parte das fontes, mas logo em seguida, ela conta que “trabalhando com homem, o homem tem nome e eu sou a ‘menina’”. Sem dúvida esta é uma forma de infantilizar, invisibilizar, não dar crédito à profissional, e é uma das formas

mais comuns pelas quais o preconceito no campo profissional manifesta-se. “Por que com o homem a pessoa sabe o nome? Por que não ter o mesmo esforço quando é uma mulher?” (Isis. Entrevista em maio de 2020).

De modo geral, é comum atribuir-se situações de discriminação à própria vítima, buscando justificativa em seu comportamento para explicar as situações como decorrentes de um tipo de roupa, um comportamento inadequado, da falta de experiência, etc. fazendo as mulheres acreditarem que dependem de sua atitude não ser importunada. Para Raquel, a mulher “precisa se impor, eu aprendi a me impor”, para não ser importunada. Sônia também acha que “tudo é uma questão de comportamento! Óbvio que você não vai com uma minissaia para a Assembleia Legislativa, né? é uma questão de postura”.

Apesar das fontes serem as primeiras a serem apontadas, as discriminações de gênero acontecem de várias formas no ambiente do jornalismo e são perpetradas por diversos agentes: chefes, colegas, fontes e até mesmo por parte da audiência e receptores/as. Quando falamos de discriminação no ambiente de trabalho o primeiro tema a ser mencionado é o assédio sexual, na pesquisa da Abraj e Gênero e Número (2017) também foi o assédio sexual o mais comentado e as entrevistadas relataram diversos episódios, originados de fontes, ouvintes/receptoras, colegas e chefes.

Este tipo de assédio é considerado “muito embaraçoso”, porque nem sempre é evidente, pode passar por “mal entendido”, “brincadeira” e as mulheres muitas vezes não sabem o que fazer, nem a quem recorrer. Isis conta que já viu colegas serem assediadas por outros colegas de trabalho e acha “complicado, sabe? Porque muitas vezes a pessoa fica sem saber o que fazer na hora. E, para muitos homens que fazem esse tipo de coisa, à medida que a mulher não xinga, não grita, ela está permitindo”.

O processo de esquecer e de lembrar é seletivo; frequentemente precisa ser provocado, pois nem sempre é conveniente lembrar e falar; todas as entrevistadas deram uma pausa para responder à questão do assédio,

ponderar para responder e claramente ocultar nomes e situações. “Ah!, lembrei de uma coisa. Meu Deus! Não posso dizer o nome. Eu fui fazer uma cobertura e um cidadão que é da imprensa, chegou ao meu lado, conversando, muito simpático e perguntou: você **já tem dono?**” (Isis, entrevista já citada)

“Vááááááááárias vezes. Vááááááááárias vezes. Várias vezes!”. É com ênfase que Valquíria conta dos inúmeros convites para sair, jantar, viajar. Das vezes que o assédio vem disfarçado de perguntas sobre como mantém a forma, o que toma para se conservar jovem, entre outras repetidas expressões. “Olhe... Várias vezes. Já fui agarrada. Quando eu era assessora de imprensa na (...), o meu chefe uma vez me agarrou”. A jornalista diz que esta é uma prática “muito comum” e que viu acontecer com colegas. Raquel relata que já passou “por uma situação muito, muito constrangedora. Tinha um governador aqui, que ele adorava dar em cima das jornalistas, uma vez se dirigiu a mim com uma intimidade que eu nunca tinha dado”.

Nos últimos anos o feminismo cunhou novas expressões para explicar os diversos tipos de comportamento sofridos pela mulher, especialmente no âmbito político ou profissional que visam calar a voz delas, cunhados em língua inglesa o *Manterrupting*, *Bropriating*, *Mansplaining*, *Gaslighting*, ajudam a explicar algumas situações vividas pelas jornalistas.

O termo *manterrupting* é usado por esses autores como uma típica modalidade de machismo expressivo que consiste no hábito corriqueiro e recorrente dos homens de interromperem a fala das mulheres, seja nas conversas informais, seja nas manifestações em espaços públicos. Já o *bropropriatin* consiste em se apropriar das ideias das mulheres que surgem nesses debates e assumir como se fossem de autoria dos homens, sem a preocupação em conceder o crédito às respectivas autoras dessas ideias. O *mansplaining* consiste em um modo de explicação tipicamente machista, em que os homens costumam explicar algo às mulheres de forma infantilizada, como se elas fossem incapazes de compreendê-las em uma linguagem formal e erudita (BARROS; BUSANELLO, 2019, p.4).

O *gaslighting* é considerado um tipo de intervenção linguística e abuso

psicológico, comumente usado em casos de assédio sexual no qual quer se fazer crer que a mulher está julgando erroneamente a realidade, que ela é estressada, nervosa, exagerada, que inventa coisas que não aconteceram, enfim uma maneira de fazer a própria mulher duvidar de seu senso de percepção. Neste trabalho, aportuguesamos o modo de pensar estas situações na vida das jornalistas entrevistadas, compreendendo que são comportamentos generalizados.

Quando perguntadas se eram interrompidas (*Maninterrupting*) pelas colegas, ou fontes com frequência, Carla é enfática e diz que “Não. Já recebi resposta atravessada. Mas interrompida não”. A experiência de Ísis é diferente; além de ter sido interrompida, também viveu a experiência do *mansplaining*.

Nesses anos todos que eu tenho, já teve ocasiões em que eu estava falando e aí vem o cara, fala por cima e aí vai tentar me explicar um negócio que eu já estou dizendo, sabe? E aí eu paro e digo: ‘olhe, eu tô falando, e quando eu terminar você faz a sua fala. Mas não venha me explicar um negócio que eu estou dizendo’. Já aconteceu, infelizmente. Porque parece que é natural do homem querer sobrepor a opinião dele ou querer saber de tudo, sabe? Você está falando de uma coisa com propriedade porque você estudou aquilo ou porque vivenciou aquilo. E vem a pessoa querer te explicar um negócio que, enfim, que não é da vivência dele, por exemplo (Ísis. Entrevista cedida à pesquisadora em maio de 2020).

Raquel também relata tentativas de interrupção por parte de políticos, “Ahhh, demais. O tempo inteiro. Nossa! Às vezes você tá num ambiente masculino, **os homens falam alto, você vai falar e eles te atropelam. Não te deixam falar**. Isso é apropriação do espaço”. Ela diz que muitas vezes tem que questionar: “Ué, por que eu não posso falar? Porque eu sou mulher?” Também relata que sempre percebeu essa tentativa de silenciamento, “quando eu ia fazer uma pergunta, e vinha outro com a pergunta em cima. E eu continuava com minha pergunta firme e aumentava até o tom de voz, para aprender a respeitar”. Raquel é uma jornalista experiente, empoderada e,

como outras entrevistadas, sabe brigar pelo seu lugar de fala, ela conta que, às vezes, vai falar alguma coisa, “vem o colega e começa a falar” e ela precisa pedir para não ser interrompida (o que a essa altura já aconteceu). Nesse sentido, Raquel diz que é “bem chata”. Pois “na hora de brigar pelo local de fala, eu brigo mesmo. Por mim e por outras!”

Além de serem interrompidas, as mulheres também relatam experiências de terem a pauta tomada por colegas. É o *bropropriatin*, quando as ideias das mulheres são apropriadas. Raquel diz que acontece “às vezes a gente joga uma ideia e, de repente, quando a gente vê, está sendo feita para outro programa. Eu brigo, viu?! ‘A pauta era minha, o que aconteceu?’” Quando perguntada sobre essa questão, Ísis responde que sim, já teve a ideia de uma pauta apropriada por colega. Colegas homens? – “**Homens. Tem que ser, né?! Mulher é mais respeitosa. Homem parece que é natural, sabe? Já teve, mas na hora eu falei: ‘eu acabei de sugerir isso, antes de você!’**” A jornalista diz que quem faz isso ainda fica chateado, mas ela argumenta: “Se você tá na mesma reunião de pauta, eu sugiro uma coisa, e você repete o que eu sugeri, a ideia foi minha, não foi sua” por causa desta posição assertiva há que a considere “briguenta, arengueira, encrenqueira. Mas, não posso fazer nada, desculpe”.

Considerações finais

Buscamos compreender de que forma a rotina jornalística é influenciada pelas questões de gênero, para isso entrevistamos cinco experientes jornalistas que atuam no campo do jornalismo político, em João Pessoa - Paraíba, um dos espaços, junto com o esportivo e o policial, no qual a presença masculina é marcante e os obstáculos à carreira feminina é notável.

O jornalismo político goza de prestígio por circular nas bordas do poder estabelecido podendo seus agentes usufruir de vantagens, tornando o campo muito competitivo entre os profissionais e, provavelmente, acirrando as barreiras de gênero em desfavor das mulheres que, aos desafios próprios do campo, somam as adversidades provocadas pelo gênero como a

responsabilização solitária pelos cuidados com a família.

A ocorrência de assédio sexual no ambiente de trabalho é o aspecto mais apontado pelas mulheres quando falam das discriminações no mercado de trabalho, mas também relatam boicotes por parte de fontes e colegas, tentativas de silenciamento, interrupção, apropriação de ideias, *mansplaining*, e *gaslighting*. Relatam, ainda, ambientes de trabalho hostis, permeados de piadas sexistas e “clubes do bolinha” criando a sensação das mulheres estarem inapropriadas no ambiente.

As mulheres entrevistadas desenvolveram estratégias de sobrevivência no meio jornalístico, elas acreditam que passam uma imagem de temida e respeitável. A necessidade de se impor perante os demais é evidente e muito relacionada à conquista de autoridade. Por vezes, a “fama de má e impetuosa” é uma conquista para as mulheres em cargos de liderança no jornalismo, já que se acredita que assim conseguem impor os limites necessários, controlar os assédios e as tentativas de passá-las para trás; uma evidente tentativa de sobrevivência no meio.

Referências

ABRAJI; GÊNERO E NÚMERO. Mulheres no jornalismo Brasileiro. Relatório, 2017. Disponível em: <http://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf>. Acesso em julho de 2022.

BARROS, Antonio Teixeira de; BUSANELLO, Elisabete. Machismo discursivo: modos de interdição da voz das mulheres no parlamento brasileiro. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 27, n. 2, e53771, 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000200219&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Feb. 2021.

BRITES, Rafa. *Síndrome da impostora: por que nunca nos achamos boas o suficiente?* São Paulo: Planeta, 2020.

CARVALHO, M^a Eulina P. RABAY, Glória. *Gênero e educação superior: Apontamentos sobre o tema.* João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

FIGARO, Roseli. *Jornalimos e Trabalho de Jornalistas: desafios para as novas gerações no século XXI.* Revista Parágrafo. V. 2, n. 2, p. 23-37, jul/dez 2014.

HIRATA, Helena. *A nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

LELO, Thales Vilela. “A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, e54225, 2019.

MELO, José Marques de. Jornalismo político: Democracia, Cidadania, Anomia. *Revista Famecos*. Porto Alegre, n. 35, p. 90-94, abril de 2008.

MEURER, Alison Martins; COSTA, Flaviano. Eis o melhor e o pior de mim: fenômeno impostor e comportamento acadêmico na área de negócios. *Rev. contab. finanç.*, São Paulo, v. 31, n. 83, p. 348-363, Aug. 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772020000200348&lng=en&nrm=iso>. access on 28 nov. 2020. Epub Mar 02, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1808-057x201910370>.

LIMA, Samuel (coordenador) *et all*. Perfil do jornalista brasileiro 2021 : características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. ed. Florianópolis : Quorum Comunicações, 2022. Disponível em <https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/06/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf>. Acesso em 11/jul/2022.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: *Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil* [S.l: s.n.], 1988.

RABAY, Gloria; SILVA, Lucimeiry Batista da. Educação em Direitos Humanos, Gênero e Diversidade Sexual. In Alexandre Antônio Gíli Náder, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Marlene Helena de Oliveira França (Org.). *Diversidades e cidadania: a educação em direitos humanos na escola*. João Pessoa: CCTA, 2018.

TEMER, Ana Carolina; MORAIS, Ana. Telejornalistas mulheres e as desigualdades de gênero. In. *Mulheres no Jornalismo*. Práticas profissionais e emancipação social. São Paulo. Editora Cásper Líbero. UFC/FIC. 2018

Recebido em junho de 2022.

Aprovado em julho de 2022.